

Introdução¹

Este texto procura avançar na compreensão do processo de urbanização de Brasília nos primeiros tempos, destacando um aspecto ainda relativamente pouco estudado: o da segregação social e exclusão espacial, presentes desde a época inicial (1956), nos acampamentos, canteiros de obras e áreas com invasões.

A exiguidade de informação sobre esse assunto é resultado da quase inexistência de documentação primária a respeito das ações de remoção que foram realizadas pela empresa urbanizadora, a Novacap (Companhia urbanizadora da nova capital), em grande parte durante o regime militar e autoritário. Muito pouco dos informes sobre a realidade dos fatos daquela época foram até hoje trazidos à luz.

Da mesma forma, os dados a respeito das condições de vida junto às frentes de obra e alojamentos das empreiteiras também carecem de registro. Os organismos oficiais de divulgação, assim como a grande imprensa, não deram destaque a esses aspectos do processo de urbanização, valorizando quase que exclusivamente o caráter épico e grandioso da construção da nova capital.

É por esses motivos que a divulgação do inédito acervo iconográfico presente no livro *Arquivo Brasília* (KIM; WESELY, 2010) ensejou a retomada deste tema. Se há carência de material escrito, abre-se a possibilidade de explorar o assunto a partir de imagens fotográficas dos tempos pioneiros da construção da cidade².

De maneira geral, a produção acadêmica realizada até hoje a respeito de Brasília e seu processo de construção é de grande monta, abordando distintos enfoques. Arquitetos e urbanistas, entre outros profissionais (geógrafos, economistas, historiadores), foram aqueles que mais produziram material de reflexão. Grande parte dessa produção acadêmica enfatiza o Plano Piloto e suas virtudes, o caráter utópico do projeto, o ideário modernista como instrumento de mudança social, o concurso para o Plano Piloto e a mitificação de seu autor, Lucio Costa. Uma pequena parcela dessa produção enfatiza o que nos interessa neste capítulo, ou seja, o processo de formação da cidade clandestina e dos territórios de pobreza, entre 1956 e o final dos anos 1960.

¹ Este texto é uma versão ampliada e finalizada de versões parciais apresentadas em congressos científicos ao longo dos anos de 2015 e 2016 (Enanpur, Belo Horizonte, 2015; e IPHS Conference, Delft, Holanda, 2016).

² Mas há um inconveniente: poucas dessas centenas de fotos, apesar de seu ineditismo, foram identificadas com legendas indicando a cidade-satélite, a invasão, a data e a autoria do registro.

Portanto nosso interesse passa a ter seu foco nos trabalhos de arquitetos como o de Luiz Alberto de Campos Gouvêa (1995), sobre segregação e controle social; o de Jusselma Duarte de Brito (2009), sobre a dinâmica do crescimento urbano; o de Laila Mendonça (2011), sobre a clandestinidade na ocupação do solo; o de Maria Fernanda Derntl (2014), sobre as cidades satélites; o de Luisa Videsott (2009), sobre narrativas fotográficas, dentre outros.

Há também relevantes estudos que contribuem para a nossa abordagem, em grande parte elaborados em outros campos disciplinares, como o da antropologia, com destaque para os trabalhos dos norte-americanos David Epstein (1973), sobre as desigualdades socioespaciais, e James Holston (1993), sobre a crítica ao projeto modernista, e para a pesquisa de Gustavo Lins Ribeiro (1980/2008), sobre os trabalhadores dos canteiros de obras. No campo da sociologia, destacam-se as dissertações de Nair Bicalho de Souza (1983), sobre a participação política dos operários, a de Reinaldo Reis Júnior (2008), sobre os operários da construção civil, e a tese de Luiz Sérgio Duarte da Silva (2010), sobre a dualidade modernidade/periferia; na área da geografia, os diversos estudos de Aldo Paviani (1987, 1996, 2010a, 2010b) sobre os processos de exclusão; no campo da história, Luiz Carlos Lopes (1996) apresenta uma visão crítica sobre o processo de construção da cidade, e Pedro Henrique Pedreira Campos (2015), sobre as empreiteiras.

Além das referências citadas, merece destaque o recente e extenso trabalho de documentação fotográfica coligido pelos pesquisadores Lina Kim e Michael Wesely, que resgataram cerca de 100 mil imagens existentes em arquivos públicos e particulares e, após criteriosa seleção, publicaram em 2010 cerca de 1.400 delas, trazendo à luz imagens – em grande parte ainda inéditas – sobre o período formativo da cidade. Inclui-se nessa pesquisa algumas das fotos que Marcel Gautherot realizou nos anos 1950 sobre os acampamentos e invasões. O exame da iconografia desse período pioneiro permitiu-nos explorar visualmente todo o processo de construção da cidade, cotejando-as com os textos das referências bibliográficas elencadas.

A divulgação dessas imagens sobre a clandestinidade das formas de ocupação tinha sido, durante a construção da cidade, vetada tanto pela Novacap como pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek, como uma estratégia para silenciar os opositores do projeto, sediados no Rio de Janeiro e comandados pelo então governador Carlos Lacerda. Dessa forma, toda a mídia da época, como as revistas *Brasília*, *Manchete*, *Cruzeiro*, os cinejornais e a grande imprensa, divulgavam somente as imagens das obras oficiais, de forma a enaltecer o lado épico da construção da nova capital.

Com as imagens constantes algumas categorias básicas observadas pelas soluções

Procuramos, assim, organizar quatro: a dos núcleos primários das “vilas” e invasões e a das expostas adiante.

Brasília: da concepção do Plano

A proposta de se construir o Plano Central já era antiga. Vem de Bonifácio faz essa sugestão. A proposta é retomada em no início da República, em missão demarcatória para a cidade poderia ser implantada pelo sista belga Louis Ferdinand foi descontinuado, tendo sido as Constituições de 1934 e 1936 assinou o Decreto n. 32.976, o serviço de levantamento aéreo no início o processo de campanha como uma de suas principais Planalto Central, no âmbito nacional, uma vez que Brasília econômica da Amazônia ao

Logo que assumiu, em 1956, essas medidas, dentre as quais a nova capital, no qual Lucio

O
tri
a f
da
cap
sej
arc

Com as imagens constantes do *Arquivo Brasília*, foi possível definir visualmente algumas categorias básicas das formas de ocupação dos territórios de pobreza, observadas pelas soluções de moradia adotadas.

Procuramos, assim, organizar este trabalho com base nessas categorias, que são quatro: a dos núcleos provisórios, a dos alojamentos nos canteiros de obras, a das "vilas" e invasões e a dos núcleos periféricos (cidades-satélites); e que serão expostas adiante.

Brasília: da concepção do Plano Piloto à realidade de sua implantação

A proposta de se construir uma cidade-capital para o país na região do Planalto Central já era antiga. Vem do final do período colonial, quando, em 1821, José Bonifácio faz essa sugestão nas instruções que redige para o Governo Provisório. A proposta é retomada em diversos momentos ao longo do Império e somente no início da República, em 1891, é incluída na Constituição. É criada então uma missão demarcatória para explorar e definir um polígono de 14.400 km² onde a cidade poderia ser implantada: missão essa chefiada pelo astrônomo e geodesta belga Louis Ferdinand Cruls. Ao longo da Primeira República, o projeto foi descontinuado, tendo sido novamente incorporado como recomendação nas Constituições de 1934 e 1946. Em 1953, finalmente, o presidente Getúlio Vargas assina o Decreto n. 32.976, que cria a Comissão da Nova Capital, e contrata um serviço de levantamento aerofotogramétrico da VASP. Poucos anos depois, tem início o processo de campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, que trazia como uma de suas principais premissas a transferência da capital do país para o Planalto Central, no âmbito de sua política desenvolvimentista e de integração nacional, uma vez que Brasília poderia simbolizar um salto para a integração econômica da Amazônia ao restante do país.

Logo que assumiu, em 1956, Juscelino deu início ao seu plano, por meio de diversas medidas, dentre as quais a realização de um concurso para o Plano Piloto da nova capital, no qual Lucio Costa sagrou-se vencedor.

O projeto e a construção da nova capital traziam a intenção de contribuir para a transformação da sociedade brasileira. Pensava-se que a forma e a organização urbana poderiam ser instrumento de mudança social, com base na premissa de que o plano para uma nova capital poderia criar uma ordem social segundo a sua imagem, ou seja, segundo os valores que norteavam sua concepção urbanística e arquitetônica (SILVA, 2010, p. 89).

No mesmo ano, uma série de trabalhos preparatórios já vinham sendo realizados na região: a construção de acessos viários, um pequeno aeroporto, uma sede provisória para a comitiva presidencial (o Catetinho), um escritório para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), alojamentos para os operários (Candangolândia), além de instalações hospitalares e uma área destinada às atividades de comércio e serviços, que mais tarde se transformaria na Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante.

Em fevereiro de 1957, já havia mais de 3 mil operários trabalhando nas obras de construção civil, em turnos contínuos, abrangendo as 24 horas do dia. As obras continuavam com a construção do Palácio da Alvorada, do Hotel Brasília Palace e do aeroporto. No Primeiro Recenseamento de Brasília, realizado em julho daquele ano, a área do Distrito Federal já estava ocupada por mais de 12 mil pessoas, abrigadas em sua grande maioria em barracos de madeira ou tendas de lona. Só em Brasília residia metade dessa quantidade, da qual um terço (cerca de 2 mil pessoas) estava no Núcleo Bandeirante e o restante nos catorze acampamentos das empreiteiras.

Nesse período inicial foi também implementado um intenso programa de comunicação pela rádio e televisão, clamando aos brasileiros que se engajassem nesse projeto, com a promessa de bom emprego e salário. Era uma proposta de criação de uma nova identidade nacional a partir da construção de uma moderna capital no centro geográfico do país, dirigida a diversas categorias: profissionais de construção civil, empresários e, sobretudo, operários para os canteiros de obras. O clamor atraiu dezenas de milhares de brasileiros – na maioria, a população pobre das zonas rurais – para o Planalto Central.

Em relação a estes, Lopes (1996, p. 178) faz referência à existência de um recrutamento organizado pelo governo federal e dirigido especialmente às populações rurais do Nordeste brasileiro, que, na ocasião, estavam sendo assoladas por um período de forte seca. Proprietários de terra dessa região recebiam pagamentos para a cessão de colonos para as obras. Agenciadores se dirigiam às zonas mais carentes do sertão em busca de camponeses e retirantes, levando-os, em caçambas de caminhão, até o Planalto Central.

Nas caravanas de caminhões, contingentes de trabalhadores vindos dessas paragens desembarcavam. Chegavam nas caçambas, empoeirados, com grandes esperanças de construir um mundo melhor. A propaganda do governo de Juscelino ajudara a criar essa esperança e a vislumbrar o ideal de um mundo novo. A modernização poderia ser atingida rapidamente: “Cinquenta anos em cinco!” – esse era o lema do Plano de Metas do governo federal.

Esses trabalhadores da construção em forma depreciativa face aos outros públicos, comerciantes e a ocupação de “bandeirantes” a ocupar

Os candangos dedicaram energia às condições de vida no Planalto Central e imundos até a alimentação, controle e a violência presentes no espaço sem espaço para reivindicações e terraplenagem previstas no plano, transformando o solo argiloso em poeira irrespirável na época. Os mesmos que, ao final do processo, esforçaram-se para ajudar a construir.

Nos três primeiros anos de construção migratório se deu pela antiga do Distrito Federal pela face Oeste de Colonização e Imigração (Imigrantes e direcioná-los às fronteiras do Plano Piloto, esse órgão já no ano de 1958: Taguatinga, p. 90). A pesquisadora Laila M. ainda um outro trajeto adotado trem por meio de um longo percurso capitais, passando depois por E atingir Brasília.

Naquele momento, inúmeras ações estavam em curso, com o objetivo de construir uma cidade no curto período de expansão e formação periférica.

Essa progressão populacional em aglomeração por ocasião de sua uma feição distinta daquela periferia cidade dominada pelos canteiros de pessoas – na maioria, operários e parte vivendo em precários acampamentos

Esses trabalhadores da construção de Brasília eram chamados “candangos”, uma forma depreciativa face aos outros “pioneiros” (profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e agricultores), que compunham a primeira população de “bandeirantes” a ocupar a cidade (HOLSTON, 1993, p. 209).

Os candangos dedicaram energia e coragem para enfrentar as adversidades das condições de vida no Planalto Central, enfrentando desde os alojamentos precários e imundos até a alimentação deficiente dos refeitórios, vivenciando o controle e a violência presentes nos campos de trabalho, com jornadas excessivas e sem espaço para reivindicações. O clima não era ameno e as intensas obras de terraplenagem previstas no plano criaram um dano ambiental sem precedentes, transformando o solo argiloso em barro intransponível na época das chuvas e em poeira irrespirável na época das secas. Esses trabalhadores pioneiros seriam os mesmos que, ao final do processo, seriam excluídos da cidade que com tanto esforço ajudaram a construir.

Nos três primeiros anos de construção de Brasília, o maior e mais intenso fluxo migratório se deu pela antiga estrada de Corumbá de Goiás, que acessava o Distrito Federal pela face Oeste, onde se localizava a sede do Instituto Nacional de Colonização e Imigração (Inic), implantado com a finalidade de captar os migrantes e direcioná-los às frentes de obra. Por se localizar a 30 km de distância do Plano Piloto, esse órgão motivou a criação da primeira cidade-satélite, já no ano de 1958: Taguatinga, próxima ao Núcleo Bandeirante (BRITO, 2009, p. 90). A pesquisadora Laila Mendonça, em sua dissertação (2011), descreve ainda um outro trajeto adotado pelos migrantes: do Nordeste se deslocavam de trem por meio de um longo percurso com inúmeras baldeações por cidades e capitais, passando depois por Belo Horizonte, e daí seguiam para Anápolis até atingir Brasília.

Naquele momento, inúmeras ações conjuntas de planejamento intersetorial estavam em curso, com o objetivo de não somente atingir a arrojada meta de construir uma cidade no curto período de três anos, mas também de prever sua futura expansão e formação periférica.

Essa progressão populacional levou Brasília a ser considerada uma grande aglomeração por ocasião de sua inauguração. Em 1960, portanto, ela já assumia uma feição distinta daquela pensada por seu idealizador, Lucio Costa. Era uma cidade dominada pelos canteiros de obras e que já abrigava cerca de 127 mil pessoas – na maioria, operários da construção civil e seus familiares, em grande parte vivendo em precários acampamentos de obras ou em áreas invadidas.

Naquele ano, a revista *Acrópole*³ dedicou um número integralmente a Brasília e, entre os diversos artigos elogiosos, apresentou alguns que fizeram críticas. Essa realidade contrastante é enfatizada no discurso de Jorge Wilhelm, que aponta os graves problemas de exclusão social e segregação espacial, alguns visíveis, como as invasões, e outros ocultados pela Novacap, com sua política de criação de cidades-satélites.

Mais recentemente, Sérgio Ferro⁴ relembra seu envolvimento pessoal na experiência de construção de Brasília quando ainda estudante, momento em que participara da elaboração de projetos de edifícios para a capital, na época em construção. Das visitas que realizou aos canteiros de obras nessa cidade, ficou impressionado com a marcante “fratura” existente entre uma *nobre intenção do projeto* e a *realidade dos fatos*, ou seja, entre o projeto de uma arquitetura moderna e revolucionária que ali estava sendo produzida como simbolismo máximo da capital do país e as condições de miséria e espoliação decorrentes dessa produção material. Esses fatos podiam ser observados não somente nos canteiros de obras, mas também no precário padrão de subsistência dos alojamentos operários e nas diversas favelas que se instalavam ao redor desses espaços de produção.

Essa questão, na verdade, era um problema que não tinha sido detalhado adequadamente nem pelos formuladores do Edital do Concurso da Nova Capital, em 1956, nem pelo idealizador do projeto vencedor. A premissa adotada por eles era a de que os trabalhadores da construção civil, após a cidade ser concluída, retornariam, em sua maioria, para seus locais de origem. Uma premissa que se demonstrou totalmente ingênua e desprovida de compreensão do quadro econômico e social do país e da realidade de sua população mais pobre, que vivia precariamente nas zonas rurais do cerrado mineiro e semiárido nordestino. Em certo sentido, desconsiderar essa realidade era até mesmo um contrassenso em relação à política de comunicação adotada no início, de chamamento de trabalhadores de todo o Brasil para irem construir um futuro melhor para suas vidas na nova capital federal. Um chamamento que pressupunha a permanência.

A mão de obra não especializada mudou-se para a região com o intuito de trabalhar e fixar residência, diferentemente dos técnicos – arquitetos, engenheiros, administradores, etc. – que, em sua maioria, mantiveram laços com as cidades de origem (SILVA, 2010, p. 90).

³ Revista *Acrópole*, ano 22, n. 256, fev. 1960.

⁴ Em especial os depoimentos realizados em 2008 na Universidade Federal de Santa Catarina e em 2010 na FAU-USP. Ver os vídeos dessas conferências postados no YouTube, sob os títulos: *Sérgio Ferro na UFSC* (04/11/2010), partes I, II, III e IV, disponível em: <www.youtube.com/watch?v=z-tE5sJkWa10>; e *Sérgio Ferro na FAU-USP* (19/03/2010), partes I, II, III e IV, disponível em: <www.youtube.com/watch?v=9EOkepD_VFM> (acessos em: 03 jun. 2018).

No entanto, era difícil p
construir e inaugurar um
ríodo colonial, nem no p
pitais como Belo Horiz
decorrências de um proj
mensuradas.

Com o avançar das obras
junto aos canteiros. A m
disso haviam comerciant
lheres e crianças.

A Novacap, que concent
do quadrilátero do Distri
nar a questão social da ha
da empresa, foi a de desl
usado então) para áreas e

A abordagem desse prob
o início do desenvolvim
Descritiva do Plano Pilo
cia social entre os distint

No entanto, tais proposi
cap. Anos mais tarde, em
sociando-a a uma dimen
históricos e culturais de r

No entanto, era difícil prever as consequências de todo esse processo. Afinal, construir e inaugurar uma cidade em três anos era um fato inédito. Nem no período colonial, nem no pombalino, nem nas empreitadas de construção de capitais como Belo Horizonte ou Goiânia, tal fato tinha acontecido. Portanto, as decorrências de um projeto tão desafiador jamais tinham sido vivenciadas ou mensuradas.

Com o avançar das obras, muitas empreiteiras construíram seus acampamentos junto aos canteiros. A maioria dos operários eram homens e sem família; além disso haviam comerciantes, profissionais liberais e agregados familiares – mulheres e crianças.

A Novacap, que concentrava todo o poder sobre a organização do espaço dentro do quadrilátero do Distrito Federal, é que iria definir as diretrizes para solucionar a questão social da habitação. A política adotada por Israel Pinheiro, diretor da empresa, foi a de deslocar todas as opções de “habitação econômica” (termo usado então) para áreas externas ao perímetro do Plano Piloto.

A abordagem desse problema já tinha sido considerada por Lucio Costa desde o início do desenvolvimento do plano. No item 17 do documento “Memória Descritiva do Plano Piloto”, Costa faz referência a uma proposta de coexistência social entre os distintos estratos sociais no âmbito de cada superquadra:

[...] o agrupamento [das quadras] de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim a indevida e indesejável estratificação. [...] Nesse sentido, deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população (COSTA, 1997, p. 293).

No entanto, tais proposições não foram devidamente consideradas pela Novacap. Anos mais tarde, em 1985, Maria Elisa Costa comentaria essa questão, associando-a a uma dimensão bem mais ampla e profunda, decorrente de fatos históricos e culturais de nossa sociedade.

É de lamentar que a proposta do Plano, a nível social (item 17 da Memória Descritiva), tenha sido descartada em princípio. Teria valido a pena, mesmo nos primeiros tempos, a tentativa de incorporar às unidades de vizinhança (como foi timidamente ensaiado com as quadras 400) camadas sociais francamente diferenciadas (COSTA, M. E., 1985 apud COSTA, 1997, p. 327).

Posteriormente, Lucio Costa, em entrevista concedida à arquiteta Giovanna Ortiz de Oliveira em 1992 e publicada em 2005 no site *Vitruvius*, explicaria de forma mais abrangente essa política.

[...] a tese era a seguinte: a cidade estava planejada para 500 a 700 mil habitantes, quando fosse se aproximando deste limite seriam criadas na periferia cidades-satélites, pequenas, complementares. Para evitar aqueles fragmentos suburbanos que é sempre desagradável, desmoralizante... A cidade estava bem definida, depois surgiram nessa periferia pequenas cidades, esse foi o esquema.

O engenheiro, Sr. Pinheiro, que era o responsável pelas obras, uma pessoa excepcional, com a Novacap, tinham considerado três possibilidades: uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, um terço da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegado o momento da inauguração voltaria para o seu "país" de origem; o outro terço seria absorvido pelas próprias atividades locais urbanas; para o terceiro terço – como eram quase todos operários de tradição rural – a solução seria criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. Esse era o programa, mas não deu certo porque todos quiseram continuar em Brasília. E a Novacap ficou com aquele problema, os operários tinham criado verdadeiras favelas próximas aos canteiros de obras. Embora eles houvessem declarado que não levariam as famílias, depois de 15 dias do mês, estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro.

Uma vez inaugurada a cidade – abril de 1960 – não podia ficar assim, tinham que transferir essas pessoas. Aí surgiu a ideia de criar núcleos na periferia. A Novacap escolheu várias áreas e projetou, com um arquiteto chamado Hungria Machado, a implantação de vários núcleos para transferir essa população obreira, dando um lote para cada um.

Ao contrário do que andaram dizendo, os operários que construíram Brasília não foram abandonados, eles se transformaram da noite para o dia em proprietários, em detrimento de Brasília, que teve muita despesa para levar estradas de acesso, luz e todas essas facilidades para cada um daqueles núcleos. Esses operários instalaram-se e cresceram porque não tinham nenhuma restrição, ao contrário dos residentes em Brasília, que tinham que obedecer a uma série de critérios para manter a unidade da cidade, nestas cidades-satélites não havia nada disso e surgiram milionários de lá, enriqueceram (OLIVEIRA, 2005).

A continuidade do processo de exclusão socioespacial permaneceria ao longo das décadas seguintes. Na dissertação de Maria Cristina Pelá (2014, p. 172) co-

menta-se, complementando o regime militar, o controle territorial, viria a ser o elemento dominante do Distrito Federal, que dominaram as primeiras décadas do Plano Piloto. Tais mudanças estruturais da política de Brasília, criadas e implementadas foram fundamentadas nas mudanças estruturais de sua ocupação e mecânica agropecuária voltada para a cidade, que cortaram diretamente a zona periférica e de p-

As formas precárias de ocupação, acampamentos, invasões

Os fatos apresentados em 1960 era a de transformação do espaço urbano, onde trabalharia e das representações de poder, os políticos e todas as camadas mais

Dessa forma, a atuação espacial, por meio de ações que se firmaram definitivamente na criação da Companhia Saneamento, portanto, à diretriz de Lucio Costa em seu pla-

Nesse âmbito, os moradores do perímetro do Plano Piloto. A primeira delas, o Plano Piloto. Na sequência, abrigar um grande complexo de habitação para a cidade à procura de tração em abril de 1960, a cidade de população máxima pre- JR. et al., 2010, p. 60; LC

menta-se, complementarmente, que as políticas geoeconômicas implementadas durante o regime militar, baseadas na estratégia de regionalização para o controle territorial, viriam reforçar os processos de urbanização desigual e excludente do Distrito Federal, contribuindo para a consolidação de um modelo em que dominaram as periferias pobres e invasões ao redor do elitizado território do Plano Piloto. Tais políticas, como o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, criado no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram fundamentadas no grande projeto de modernização do país, que gerou mudanças estruturais na região Centro-Oeste e do cerrado, intensificando a sua ocupação e mecanização, por meio do incentivo a atividades de produção agropecuária voltadas ao mercado interno e às exportações. Essas ações repercutiram diretamente no processo de urbanização de Brasília, aumentando a sua zona periférica e de pobreza.

As formas precárias do habitar dos “candangos”: núcleos provisórios, acampamentos, invasões e cidades-satélites

Os fatos apresentados evidenciam que a política da Novacap ao longo dos anos 1960 era a de transformar a área do Plano Piloto em um espaço segregado e elitizado, onde trabalhariam e residiriam majoritariamente os funcionários públicos e das representações diplomáticas, os profissionais liberais, os técnicos mais graduados, os políticos e empresários – e de onde ficaram excluídas espacialmente todas as camadas mais populares.

Dessa forma, a atuação da Novacap veio reforçar o processo de exclusão socioespacial, por meio de ações que foram se consolidando ao longo dos anos 1960 e se firmaram definitivamente como política de governo a partir de 1970, com a criação da Companhia de Erradicação de Invasões (CEI), que se contrapunha, portanto, à diretriz de integração entre as distintas classes sociais definida por Lucio Costa em seu plano.

Nesse âmbito, os moradores de acampamentos e núcleos favelados no interior do perímetro do Plano Piloto foram relocados para lotes situados nas cidades-satélites. A primeira delas, Taguatinga, era distante 25 km dos canteiros de obras do Plano Piloto. Na sequência dos fatos, outros núcleos foram sendo criados para abrigar um grande contingente de população carente que chegava diariamente à cidade à procura de trabalho. Como já foi mencionado, na época da inauguração, em abril de 1960, a cidade já abrigava 127 mil habitantes, quase um quinto da população máxima prevista para o Plano Urbanístico até o ano 2000 (QUINTO JR. et al., 2010, p. 60; LOPES, 1996, p. 189).

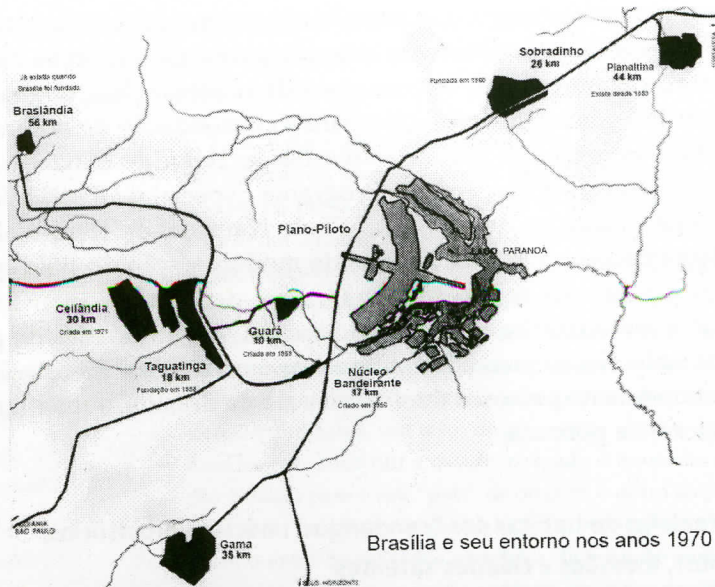


Figura 1 – Representação dos assentamentos urbanos próximos do Plano Piloto no início dos anos 1970. Fonte: *Revista Realidade*, abr./maio 1972.

Nas décadas seguintes, esse fluxo migratório continuaria intenso e conduziria a um processo de urbanização descontrolado e excludente, como o existente nas grandes cidades brasileiras, criando uma periferia de miséria que hoje é dominante em grande parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride), uma área metropolitana ampliada cuja população atual ultrapassa 3,6 milhões de habitantes.

As categorias dos assentamentos urbanos populares

Voltando à época objeto deste estudo, os anos 1950 e 1960, procuramos identificar, com base em ampla pesquisa bibliográfica e iconográfica, aqueles aspectos do processo de urbanização que refletem a política de implantação do Plano Piloto pela Novacap com os conhecidos resultados de exclusão e segregação.

Deve-se considerar que, no caso da realização de um projeto de construção dessa magnitude, em território desértico e despovoado, a única solução possível de abrigo para os trabalhadores da construção civil e migrantes recém-chegados, em um primeiro momento, era a das moradias em acampamentos.

O acampamento como solução habitacional já estava presente no levantamento realizado pelo Censo em 1959 (IBGE, 1959, p. 40), que definia algumas catego-

rias para a caracterização dos núcleos provisórios (17.761 habitantes) e o núcleo rural (12.256 habitantes). Censo de 1970 (2008) destaca ainda que o território foi formada por um aglomerado urbano (núcleo provisório), contribuindo com 20% do total. (RIBEIRO, 2008)

Tomando por base esse Censo de 1970 para mostrar as distintas situações de urbanização realizada por nós a partir de dados e informações coligidas por Kim e Wesley (1970), o processo de urbanização das cidades-satélites que expressam a síntese das experiências que foram sendo construídas. (1) Núcleos Provisórios Oficiais; (2) Favelas; (3) Cidades-Satélites

Esse processo, ampliado até os anos 1970, levou a extrema exclusão observada na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) com 2,5 milhões de habitantes em 1970, muito além do Plano Piloto. Os 90% restantes eram as cidades-satélites e núcleos provisórios, a 30 km ao redor do Plano Piloto, formando as aglomerações urbanas

Núcleos Provisórios Oficiais

O início das obras de construção do Plano Piloto para organizar o núcleo urbano, com o campo de pouso, estação ferroviária, o núcleo provisório (Gama, Brazlândia), captação de água, para as equipes de administração e funcionários.

Nos primeiros tempos, o Plano Piloto era formado por barracas de lona utilizadas para abrigar os moradores e proteger os ma-



anos 1970

no início dos anos 1970.

enso e conduziria a
mo o existente nas
a que hoje é domi-
namento Econômico
ultrapassa 3,6 mi-

ocuramos identifi-
aqueles aspectos
ção do Plano Pilo-
regração.

construção dessa
ução possível de
ém-chegados, em

no levantamento
algumas catego-

rias para a caracterização das moradias: acampamentos (28.020 habitantes), núcleos provisórios (17.761 habitantes), núcleos estáveis (6.277 habitantes) e zona rural (12.256 habitantes). Os habitantes dos acampamentos formavam 43,5% da população total do território na época (que era de 64.314 habitantes). Ribeiro (2008) destaca ainda que o Núcleo Bandeirante, a zona comercial da cidade, era formada por um aglomerado de casas de madeira (e portanto classificado como núcleo provisório), contribuindo com uma população de 11.565 pessoas, quase 20% do total. (RIBEIRO, 2008 p. 32).

Tomando por base esse Censo, elaboramos uma categorização mais específica para mostrar as distintas situações de precariedade das condições de moradia, realizada por nós a partir da bibliografia consultada e sobretudo das imagens coligidas por Kim e Wesely (2010), estas últimas fundamentais para perceber o processo de urbanização do Distrito Federal. Definimos assim quatro categorias que expressam a síntese das modalidades de assentamentos urbanos populares que foram sendo constituídos ao longo dos anos 1950 e 1960, a saber: (1) Núcleos Provisórios Oficiais; (2) Acampamentos das Empreiteiras; (3) Invasões e Favelas; (4) Cidades-Satélites (Núcleos Pré-Existentes e Cidades Novas).

Esse processo, ampliado até os dias atuais, explica em grande parte o cenário de extrema exclusão observado hoje na área do Distrito Federal. Do total de quase 2,5 milhões de habitantes (IBGE, 2010), somente 10% reside no perímetro do Plano Piloto. Os 90% restantes estão dispersos por extensa área formada por cidades-satélites e núcleos urbanos populares, ocupando um raio de mais de 50 km ao redor do Plano Piloto, o que nos leva a considerar que Brasília é hoje uma das aglomerações urbanas mais segregadas do Brasil.

Núcleos Provisórios Oficiais

O início das obras de construção da nova capital foi marcado por ações de planejamento para organizar minimamente a infraestrutura de apoio necessária: campo de pouso, estação ferroviária, estradas de acesso às cidades mais próximas (Gama, Brazlândia), captação e fornecimento de água para consumo, escritórios para as equipes de administração da Novacap e residências para os engenheiros e funcionários.

Nos primeiros tempos, o Ministro da Guerra, Marechal Lott, chegou a fornecer barracas de lona utilizadas em acampamentos militares para abrigar os primeiros moradores e proteger os materiais de construção.

As empreiteiras, responsáveis pelas obras de terraplenagem, urbanização, infraestrutura e construção dos edifícios possuíam, cada uma, os seus próprios canteiros de obras e abrigos para os operários, os engenheiros com suas famílias e para os funcionários da Novacap. Elencamos a seguir os principais núcleos.

NÚCLEO PRESIDENCIAL (CATETINHO)

Primeiro núcleo edificado nos terrenos da área da nova capital, próximo à pista de pouso da Fazenda do Gama, cujas obras tiveram início em outubro de 1956 e foram marcadas pela inauguração do Catetinho, um singular e elegante edifício para abrigar os despachos administrativos e reuniões do Presidente da República.

Segundo Kim e Wesely (2010, p. 144), a iniciativa partiu de um grupo de amigos do presidente, que financiou a construção, ocorrida em apenas dez dias. O prédio, projetado por Niemeyer, era uma construção em madeira, de dois pavimentos, em estilo modernista, com telhado de uma água, pilotis e varandas com muxarabis no primeiro piso. Seis meses depois foi construído um segundo edifício de igual aparência para abrigar a ala residencial destinada ao presidente e sua família. O Catetinho passou então a ser a sede da diretoria da Novacap.

O Presidente, por sua vez, continuava com seus afazeres diários no Rio de Janeiro, então capital do governo federal. E para poder acompanhar *in loco* o andamento dos trabalhos no Planalto Central, impôs para si, durante os anos de 1957 e 1958, um estafante cronograma de trabalho, que é relatado em sua obra *Por que construí Brasília*:

Cada dois dias eu fazia uma viagem a Brasília, para fiscalizar as obras e estimular, com minha presença, a atividade dos candangos. Como não podia deixar o Rio durante o dia, esperava o fim do expediente para tomar o avião que me levaria ao Planalto. Chegava lá às 10 ou 11hs da noite. Percorria, então, as obras até as 3 horas da madrugada, quando tomava de novo o avião e vinha acordar no Rio, para o início do novo expediente. Durante dois anos, fiz 225 viagens deste gênero. Sentia-me bem, vivendo a emoção de assistir ao nascimento de uma metrópole, só tornada possível pelo espírito de determinação que me é característico (KUBITSCHKE, 1975, p. 81).

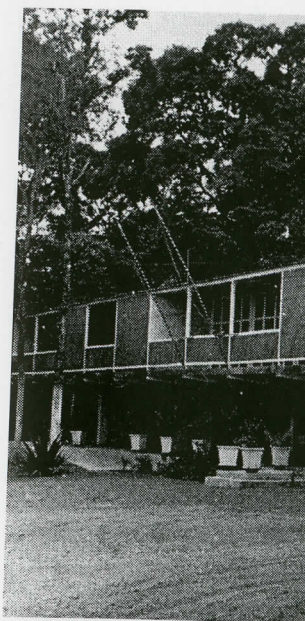


Figura 2 – O segundo Catetinho, projetado por Niemeyer.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

NÚCLEO BANDEIRANTE

O Núcleo Bandeirante surgiu como uma nova capital, em novembro de 1957, vista como temporária com o intuito de atender às necessidades de gêneros alimentares e de primeira necessidade. Seu traçado simples, constituído por algumas transversais. Os edifícios foram construídos em madeira e eram incentivadas pela isenção de impostos no âmbito da “Cidade Livre” nesses primeiros anos.

O núcleo cresceu além do planejado. Em 1959, em junho de 1957 já possuía 7.033 habitantes (RIBEIRO, 2008, p. 10).



Figura 2 – O segundo Catetinho, sede presidencial, inaugurado em maio de 1957, projetado por Niemeyer.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília.

NÚCLEO BANDEIRANTE

O Núcleo Bandeirante surgiu logo no início dos trabalhos de construção da nova capital, em novembro de 1956. Fruto de uma ocupação planejada e prevista como temporária com função de entreposto comercial para fornecimento de gêneros alimentares, equipamentos, materiais de construção e produtos de primeira necessidade e serviços, deveria ser desativada em 1959. Possuía traçado simples, constituído por uma avenida principal, duas ruas laterais e algumas transversais. Os terrenos eram cedidos em comodato, com a obrigação de serem restituídos à Novacap antes da inauguração da cidade. As casas construídas em madeira também eram provisórias. As atividades comerciais eram incentivadas pela isenção de impostos, o que rendeu ao núcleo o nome de “Cidade Livre” nesses primeiros tempos.

O núcleo cresceu além do previsto; segundo os dados do Censo Experimental de 1959, em junho de 1957 já possuía 2.212 moradores. Em março de 1958 o número se elevou para 7.033, para, em maio do ano seguinte, atingir a cifra de 11.565 habitantes (RIBEIRO, 2008, p. 237).



Figura 3 – Arruamentos planejados do Núcleo Bandeirante.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília.

Era o local onde todos iam para comprar os gêneros de primeira necessidade e materiais de construção. Os operários iam para lá aos finais de semana para se divertir – a vida noturna e a boemia eram intensas, assim como as suas famosas casas de prostituição. E, conseqüentemente, era o local em que as primeiras possibilidades de trabalho autônomo no setor de serviços surgiam para esses migrantes.

A esse respeito, Quinto Jr. et al. (2010, p. 69) analisam a necessidade que os acampamentos possuíam de estarem vinculados a uma rede urbana ou a uma centralidade, uma vez que a hierarquia e as limitações da vida e da economia dentro desses canteiros não satisfaziam às demandas por produtos e serviços que esses locais passavam a exigir. No caso dos acampamentos na área do Plano Piloto, tal processo fez surgir essa aglomeração diferenciada: o Núcleo Bandeirante, que adquiriu, com o passar dos anos, enorme relevância para a sobrevivência da cidade de tal modo que, mesmo após a inauguração da nova capital, a Novacap não consegue mais removê-lo. Em 1960, o comércio e os serviços ali existentes, consistiam na única centralidade comercial da recém-criada capital. Ali tudo era possível de se obter: material de construção, peças para automóveis, eletrodomésticos, roupas e alimentos – dada a existência de uma importante feira-livre no local. Seu papel funcional transformara-a em peça vital para o abastecimento da área do Plano Piloto. Por essa razão, e também em decorrência de muitos protestos, acabou sendo oficializada como núcleo-satélite, lá permanecendo até os dias atuais.

VILA PLANALTO

O acampamento surgiu para atender às necessidades de administração e de empreiteiras. Foi concebido no Palácio da Alvorada e do Esplanada dos Ministérios,

Conforme as obras foram avançando, as construtoras, foi transferindo, formando um grande conjunto. Isso foi gerando uma situação com boa infraestrutura, e não havia opções de moradia com qualidade (e que deveria ser resolvida no final das obras).

Dessa forma, a Vila Planalto tornou-se pioneiro em pleno coração do Plano Piloto, em 1987 (MENDONÇA).

CANDANGOLÂNDIA

Candangolândia, cuja designação (Candangolândia”), tem sua origem vinda de Luziânia, onde eles foi construído em 1956 com Luziânia. Outros acampamentos operários da construção civil.

O local possuía boa infraestrutura, com geradores. Abrigava, no rio da Novacap, um banco pertencente a Juscelino Kubitschek (também um posto policial e dois restaurantes do Serviço de Alimentação).

A emancipação como cidade se

VILA PLANALTO

O acampamento surgiu para abrigar tanto os técnicos envolvidos com as atividades de administração e obras da Novacap quanto os funcionários de obra das empreiteiras. Foi concebido e construído para dar suporte às obras de construção do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, iniciadas em fevereiro de 1957.

Conforme as obras foram avançando, esse acampamento, junto com o de diversas construtoras, foi transferido para um local próximo um pouco mais a leste, formando um grande conjunto de 22 acampamentos. A vida nesses acampamentos foi gerando uma situação de permanência, pois a localização era privilegiada, com boa infraestrutura, e não havia uma política habitacional capaz de oferecer opções de moradia com qualidade para a população mais qualificada que ali residia (e que deveria ser removida com a desmontagem dos acampamentos, ao final das obras).

Dessa forma, a Vila Planalto permaneceu, tornando-se um núcleo habitacional pioneiro em pleno coração do Plano Piloto. Posteriormente essa vila foi reconhecida como patrimônio cultural pelo Iphan na ocasião do tombamento do Plano Piloto, em 1987 (MENDONÇA, 2011, p. 109).

CANDANGOLÂNDIA

Candangolândia, cuja designação inicial foi a de “Velhacap” (e também “Lonalândia”), tem sua origem vinculada aos acampamentos pioneiros. O primeiro deles foi construído em 1956 pela Novacap, nas margens da rodovia de ligação com Luziânia. Outros acampamentos foram também construídos, para abrigar os operários da construção civil.

O local possuía boa infraestrutura para a época, água e energia elétrica proveniente de geradores. Abrigava, além de residências dos funcionários e do escritório da Novacap, um banco para realizar o pagamento aos funcionários, o Hospital Juscelino Kubitschek (também conhecido como Hospital do Iapi), uma escola, um posto policial e dois restaurantes – um para os funcionários da Novacap e o outro do Serviço de Alimentação Popular.

A emancipação como cidade só aconteceu em 1989.



necessidade e ma-
a para se divertir
famosas casas de
as possibilidades
grantes.

de que os acam-
ou a uma centra-
economia dentro
rviços que esses
Plano Piloto, tal
deirante, que ad-
vência da cidade
ovacap não con-
ntes, consistiam
era possível de
néticos, roupas
local. Seu papel
rea do Plano Pi-
s, acabou sendo
ais.



Figura 4 – Candangolândia, na fase inicial de ocupação, com barracas cedidas pelo Exército.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília.

Os acampamentos das empreiteiras

De todas as formas de moradia precária produzidas ao longo dos anos 1950 e 1960 na construção de Brasília, os acampamentos são aquela modalidade sobre a qual a documentação é a mais escassa. Além do imenso acampamento central da Novacap, situado próximo ao Núcleo Bandeirante, haviam os acampamentos das empreiteiras, que depois foram desmontados, não restando muito registro oficial ou da grande imprensa da época.

É importante ressaltar que a revista *Brasília*, veículo oficial da Novacap, publicada mensalmente para relatar os trabalhos e obras da construção da cidade desde o primeiro dia, não traz muitas referências a esse assunto, uma vez que o principal objetivo da publicação era mostrar a visão de modernidade dos fatos relacionados à construção da cidade, de forma a combater as críticas advindas do partido da oposição, a União Democrática Nacional (UDN), centradas principalmente na figura de Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa* e considerado o mais forte opositor ao governo de Juscelino Kubitschek.

Ao longo do processo de construção das obras, as empreiteiras, pois foram elas as responsáveis pela construção dos edifícios do Plano Piloto. Nesse processo o importante papel foi desempenhado por uma empresa de origem mineira, considerada a principal responsável pelas obras mais relevantes da cidade: o Planalto, o *campus* da Universidade de Brasília, a Rodoviária, o prédio do Supremo Tribunal Federal.

Os acampamentos das empreiteiras e as obras, serviam de moradia para os operários. O arranjo urbanístico, complementado com cantinas, armazéns e infraestrutura básica, e a elétrica fornecida por geradores locais, as vilas operárias, ou seja, eram locais onde se desenvolvia o cotidiano da vida dos operários.

Dentre os acampamentos, pode-se citar o da Barragem do Paranoá, o da Barragem do Aeroporto definitivo, do Centro de Treinamento, do Palácio Residencial e do Hotel.

Há relatos, coligidos de entrevistas com operários, que mostram as condições de vida precárias. O arquiteto Sérgio Ferro, que atuou nos acampamentos funcionavam em semicírculos, cercados, com vigilância severa e com as portas fechadas, sendo registrados inclusive casos de morte por conta dos alimentos deteriorados e da falta de higiene. De percevejos nos alojamentos, que trabalhavam em excessivas horas de trabalho, fatos que geravam a falta de segurança nos canteiros, mot...

Dias tomados, a Guarda Espacial (geralmente acampados). As ap... ga envolvendo drogas, loucuras (guardas da C... panheiros con... solucionavam Meretrício), os

Ao longo do processo de construção de Brasília, adquiriram grande relevância as empreiteiras, pois foram elas as responsáveis pelos principais trabalhos de construção dos edifícios do Plano Piloto e dos eixos residenciais. Cabe destacar nesse processo o importante papel desempenhado pela Construtora Rabello, de origem mineira, considerada a principal construtora de Brasília, sendo responsável pelas obras mais relevantes da cidade, como o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto, o *campus* da Universidade de Brasília, a Catedral Metropolitana, a Rodoviária, o prédio do Supremo Tribunal Federal.

Os acampamentos das empreiteiras eram implantados próximos aos canteiros de obras, serviam de moradia para os operários e, em alguns casos, possuíam bom arranjo urbanístico, complementados por equipamentos como postos de saúde, cantinas, armazéns e infraestrutura de abastecimento de água, além de energia elétrica fornecida por geradores locais. Funcionavam com o mesmo modelo das vilas operárias, ou seja, eram locais onde se podia exercer o controle sobre o cotidiano da vida dos operários.

Dentre os acampamentos, pode-se citar aquele formado para a construção da barragem do Paranoá, o da Barragem do Torto, o acampamento das obras do Aeroporto definitivo, do Centro de Transmissão de Contagem e das Granjas Modelo, o do Palácio Residencial e do Hotel de Turismo (BRITO, 2009, p. 86-87).

Há relatos, coligidos de entrevistas com ex-operários e de documentos de época, que mostram as condições de vida bastante precárias e insalubres nesses locais. O arquiteto Sérgio Ferro, que atuou na construção da cidade, relata que tais acampamentos funcionavam em semelhança a campos de concentração: eram cercados, com vigilância severa e condições sanitárias e de conforto insatisfatórias, sendo registrados inclusive casos de varíola. Eram frequentes as revoltas por conta dos alimentos deteriorados servidos nos refeitórios ou das infestações de percevejos nos alojamentos, que impediam o repouso depois de estafantes e excessivas horas de trabalho, fatos que se somavam a outros problemas como a falta de segurança nos canteiros, motivo de incontáveis acidentes e mortes.

Dias tomados, noites vazias e angustiantes. O livro de ocorrências da Guarda Especial de Brasília está repleto de casos de embriaguez (geralmente acompanhados de desordem, briga e desacato à autoridade). As apreensões de armas são constantes. Muito roubo e briga envolvendo prostitutas. Jogo, golpes, vadiagem, estupro, taras, drogas, loucura, suicídios são referidos repetidamente. Os bate-paus (guardas da GEB) reprimiam operários "que tentam incitar com panheiros contra a empresa." Mas também socorriam acidentados, solucionavam brigas de casais, policiavam a ZBM (Zona de Baixo Meretrício), os circos e parques de diversões da Cidade Livre e o car-



... pelo Exército.

... dos anos 1950 e
... modalidade sobre
... mpamento central
... os acampamentos
... do muito registro

... ovacap, publicada
... a cidade desde o
... ez que o principal
... fatos relaciona-
... indas do partido
... s principalmente
... na da Imprensa e
... tschek.

naval (a Escola de Samba Verde e Amarelo desfilou em fevereiro de 1958). A aventura produziu suas vítimas: os acidentados (em 1959 o hospital do IAPI atendeu a 10.927 casos, uma média de 30 acidentes por dia; em fevereiro de 1960, com a aceleração do ritmo das obras, essa média sobe para 170 casos/dia – Diário Carioca-Brasília de 11.2.60 e de 21.5.60) ou, em uma situação limite, o famoso Massacre da Pacheco (SILVA, 2010, p. 78-79).

Além desses aspectos, nas obras principais da cidade (prédios do Senado e dos ministérios), um outro dificultador existia, relacionado à especificidade técnica do projeto: o padrão construtivo utilizando estruturas metálicas em vez do concreto armado. Tal inovação, exigida pelo cronograma das obras, foi trazida pela empreiteira norte-americana Raymond Concrete Pile Company, contratada para a realização desses trabalhos, que exigia uma mão de obra especializada nos canteiros, com conhecimento técnico não disponível nos operários locais. Soma-se a esse fato a constatação de que 95% desses operários eram analfabetos ou semiletrados, sem nenhuma experiência profissional anterior (LOPES, 1996, p. 143-144).

Ferro, em depoimento à FAU-UFSC, em novembro de 2010, relata que eram frequentes os suicídios de operários, que se jogavam na frente de caminhões em movimento ou saltavam do alto das edificações. Pouco divulgado e estudado foi o episódio que ficou conhecido como o Massacre da Pacheco Fernandes, ocorrido na semana do Carnaval de 1959 no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, quando uma revolta dos operários por conta da comida estragada e da retenção do pagamento semanal, somada à proibição, naqueles dias, de sair para se divertir na Cidade Livre, levaram a Guarda Especial de Brasília (GEB) a promover um verdadeiro massacre, causando a morte de muitos operários. O episódio foi ocultado e nunca pôde ser averiguado: há relatos (oficiais) que falam em apenas um ferido devido a essa ação de policiais armados com revólveres, mas há também relatos de testemunhas que mostram um quadro muito mais cruel: dezenas de operários mortos por essa mesma força policial, que adentrou nos alojamentos e atirou em todos, atingindo mesmo os enfermos. Gouvêa (1995, p. 64) conta que foram necessários caminhões basculantes para levar os corpos, para jogá-los em valas longe da cidade, na região de Planaltina. Ribeiro (2008, p. 232) apresenta o relato de trabalhadores dizendo que o número de mortos chegou a 140. O registro desse fato foi apagado dos documentos e crônicas e, até hoje, muitos dos que presenciaram as cenas recusam-se a contar o que realmente ocorreu⁵.

⁵ A esse respeito, consultar Teixeira (1996).

Ribeiro (2008) acabou fazendo documentos coligidos pela im-

Invasões e favelas

A história de Brasília, sobretudo marcada por políticas de planejamento para tal finalidade

Muitas foram as invasões próximas aos canteiros de pontos próximos à chegada já urbanizados.

A Vila Sarah Kubitschek, formada em decorrência de que chegara ao local das ob-

Ribeiro (2008) acabou fazendo um relato sintético, baseado em muitos dos depoimentos coligidos pela imprensa da época e em entrevistas:

Noite de carnaval. Operários (três no máximo) chegam do trabalho para comer na cantina e não encontram comida que deveria ter sido provida pela administração. Resto lhes é servido, comida de má qualidade. Irritam-se, ou um deles se irrita e arremessa o prato no encarregado da cozinha, no cantineiro, ou no cozinheiro. Os outros operários se solidarizam. Alguém (o agredido, um sargento, o engenheiro, o chefe da cozinha, o dono da cantina, "gente da alta") chama a polícia. A polícia enviada é pouca. Os operários não deixam seus companheiros serem presos. Um reforço de grande número de soldados chega atirando. Grande tiroteio. A polícia não pergunta nada, já vai atirando contra os alojamentos. Mataram muita gente. Muitos morrem em suas camas. Outros são despertados violentamente e colocados em filas com as mãos na cabeça, espancados e humilhados. Não se sabe se morreram vinte, quarenta, oitenta, cento e quarenta. Mortos são transportados em caminhões basculante para uma vala no meio do cerrado. Não há divulgação do que realmente aconteceu. Em Brasília era duro. Tinha ordem, a GEB era para isso mesmo. Não houve providências (RIBEIRO, 2008, p. 229-230).

Invasões e favelas

A história de Brasília, sobretudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, foi fortemente marcada por políticas de erradicação das invasões. Foi até criada uma companhia para tal finalidade: a Companhia de Erradicação das Invasões (CEI).

Muitas foram as invasões formando núcleos de favelas, que tanto podiam estar próximos aos canteiros de obras, nas áreas centrais do Plano Piloto, quanto nos pontos próximos à chegada das rodovias ou ainda em áreas próximas a núcleos já urbanizados.

A Vila Sarah Kubitschek, famosa invasão ocorrida nas imediações da Cidade Livre, foi formada em decorrência de uma grande leva de migrantes nordestinos que chegara ao local das obras e que ali se instalaram no prazo de oito dias.

A primeira cidade-satélite de Brasília [Taguatinga] começou com a tomada de posse de um terreno perto da entrada da Cidade Livre. [...] Chegaram a um auge nas primeiras semanas de junho de 1958, quando, em poucos dias, entre 4 e 5 mil flagelados da seca do Nor-

deste chegaram à Cidade Livre em busca de trabalho. A Novacap ordenou às forças de segurança (o GEB) que levantassem barreiras na estrada para impedi-los de entrar. Em vez de irem embora – como se tivessem algum lugar para onde ir –, esses imigrantes desesperados iniciaram uma ocupação de terra, montando um acampamento improvisado do outro lado da barreira (HOLSTON, 1993, p. 261).

Após alguns meses, acabaram sendo removidos pela Novacap, em troca do oferecimento de lotes localizados a 12 quilômetros de distância do Núcleo – a Vila de Taguatinga –, que poderiam ser adquiridos a preços módicos mensais (RIBEIRO, 2008, p. 246).

Outro exemplo foi a Vila Amaury, invasão próxima à construção do Palácio do Planalto, conhecida também como “Sacolândia” e “Vila Bananal”. Foi objeto de fotos famosas, como uma que mostra dezenas de precários barracos de madeira com o edifício do Congresso ao fundo e outra em que mulheres lavam roupa no açude, expostas a seguir.

A respeito dessa invasão é interessante confrontar distintos relatos, um da época dos fatos e outro em análise mais recente, de forma a verificar o tom velado ou crítico adotado em cada caso. Uma notícia da época, publicada no jornal *A Tribuna*⁶, em 1959, transcrita por Ribeiro (2008, p. 248), relata o seguinte:

No princípio de 1958 o sr. Amaury de Almeida (funcionário da Novacap) sentiu o drama de cerca de 20 mil habitantes, e aí, quando percebeu que a tendência desse povo era continuar ao relento, revoltou-lhe a consciência, e embora recebendo protesto e até mesmo injúrias, conseguiu uma área livre nas proximidades do Plano Piloto, à margem do córrego do Bananal, futuro lago de Brasília, minorando assim o sofrimento desse povo, originando-se daí a denominação de Vila Amaury.

Na verdade, a história possuía diversos vieses políticos, que só bem mais tarde foram deslindados pela análise sociológica de Holston, ao apresentar Amaury como um aspirante ao cargo de deputado estadual que, com o aval da Novacap, propôs uma solução que seria bem aceita por ambos os lados: população e Novacap.

⁶ “Núcleo Bandeirante” (*A Tribuna de Brasília*, 25 out. 1959).



Figura 5 – Invasão no Plano Piloto
Fonte: Arquivo Público do Distrito



Figura 6 – Lavadeiras junto ao Lago
Fonte: Arquivo Instituto Moreira S

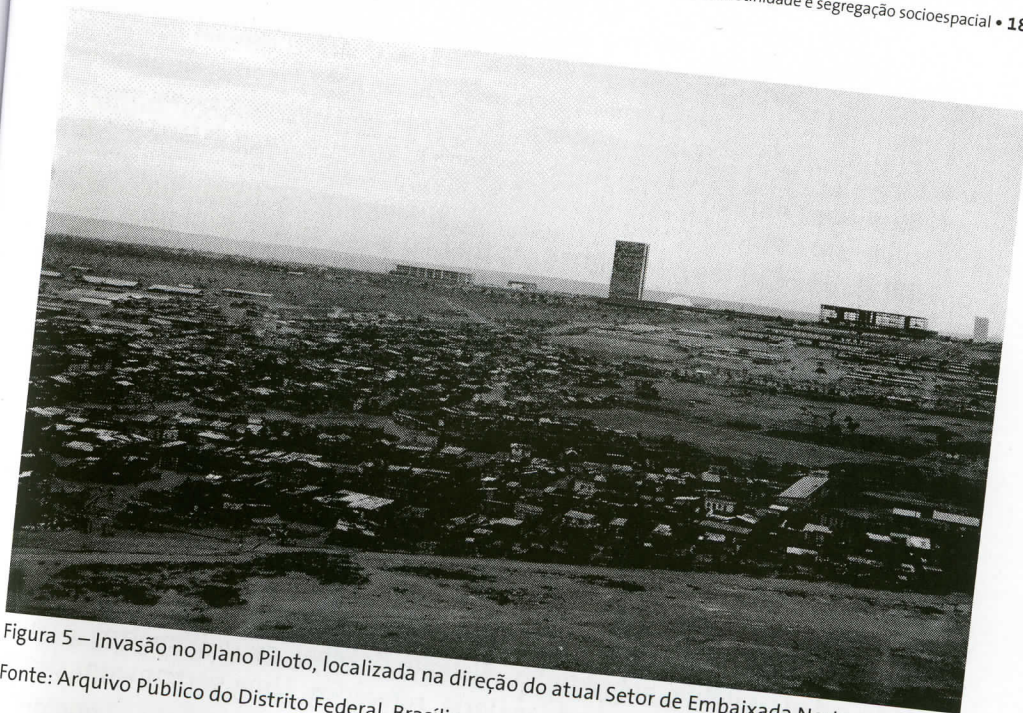


Figura 5 – Invasão no Plano Piloto, localizada na direção do atual Setor de Embaixada Norte.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília.



Figura 6 – Lavadeiras junto ao Lago Paranoá, ainda em formação. Foto de Marcel Gautherot, 1960.
Fonte: Arquivo Instituto Moreira Salles.

Nos primeiros meses de 1959, ele [Amaury] organizou uma campanha bem-sucedida para criar um novo assentamento perto dos locais de construção. Propôs esse assentamento como um meio de reunir em um só acampamento legal os milhares de favelados que trabalhavam para as empresas de construção nas que, por uma razão ou outra, haviam fixado residência ilegal dentro e à volta do Plano Piloto. Para o aspirante à vida política, essa reunião seria uma maneira de estabelecer uma base eleitoral. Para a Novacap, parecia mais uma maneira pacífica de reunir favelas dispersas em um sítio único, mais fácil de vigiar. Para assegurar que o novo povoamento seria temporário, como os outros que havia autorizado para os pioneiros, a Novacap localizou-o em terra baixa, que seria inundada com a construção de um lago artificial – o Paranoá (HOLSTON, 1993, p. 263-264).

Algum tempo depois, com a inauguração da cidade e a formação do lago se aproximando, essa população acabou se organizando e, com forte apadrinhamento político do PTB, conseguiu pressionar o governo para a criação de uma segunda cidade-satélite, Sobradinho, distante dezenas de quilômetros – para onde afinal foram, em sua grande maioria, relocados. Uma parte menor dessa comunidade foi relocada para Taguatinga.

Um outro caso, a invasão conhecida como Vila do Iapi, que atingiria um contingente muito maior, chegando a 82.000 pessoas em 1971, foi forçosamente relocada para um precário núcleo sem infraestrutura, distante 30 km do Plano Piloto: a Ceilândia (GOUVÊA, 1995 p. 92).

Muitas outras invasões ocorreram, tais como Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório, Morro do Querosene, Vila Esperança, entre outras. O problema perdurou, ampliando-se cada vez mais, até que, em 1969, quando a população do Distrito Federal atingia meio milhão de habitantes, foram computados 80 mil moradores em favelas. Naquele mesmo ano foi realizado um seminário para discutir os problemas sociais do Distrito Federal. Nesse evento, a favelização da cidade foi apontada como um de seus problemas mais sérios, o que ensejou de imediato a criação de um Grupo de Trabalho que daria origem à Companhia de Erradicação de Invasões (CEI), designada para atuar fortemente relocando núcleos de favelas para as cidades-satélites e criando a cidade de Ceilândia, ao longo da década de 1970. Foi uma política de cunho autoritário e segregador, fruto do período militar que estava em curso.

Cidades-satélites

O termo “cidades-satélites” surgiu em 1960, e hoje é um termo em voga quando utilizado em documentos oficiais, como “Relatório das Cidades Administrativas”, que trata das Cidades-satélites. Entretanto, como este trabalho trata da designação tradicional.

Do conjunto das cidades-satélites construídas em Brasília: (1) Planaltina, construção de pedras preciosas e mineração que realizou os primeiros loteamentos no Distrito Federal no Planalto Central. (2) Ceilândia, núcleo originado de famílias mineiras e goianas, considerada a maior das terras de Brasília; no entanto, nos anos 1960, sofreu um processo de invasão pelo Núcleo Rural Alexandre Gusmão, que foi anexado ao Vietcong.

A política de construção de cidades-satélites e de outras ações da Novacap e do governo federal em todo o processo de urbanização de Brasília, demonstrado criticamente por autores que afirmam que a cidade tinha, nos anos 1960, uma estrutura que qualquer outra grande cidade teria na periferia (em São Paulo, a periferia central acabou se tornando um conjunto de favelas ou cortiços, onde a população era e quase uniforme no Plano Piloto, p. 293). Com esses dados, podemos observar a relação às capitais e grandes cidades, que apresenta maior segregação.

O quadro a seguir organiza

Cidades-satélites

O termo "cidades-satélites" é designação proveniente da Lei n. 3.571, dos anos 1960, e hoje é um termo em desuso, assumindo até mesmo caráter pejorativo quando utilizado em documentos oficiais. O termo preferido atualmente é "Regiões Administrativas", que no Distrito Federal são em número de dezenove. Entretanto, como este trabalho concentra-se nos anos 1950 e 1960, manteremos a designação tradicional.

Do conjunto das cidades-satélites, destacam-se dois núcleos anteriores à construção de Brasília: (1) Planaltina, fundada em 1859, durante o período da exploração de pedras preciosas no sertão de Goiás; em 1892, abrigou a Missão Cruls, que realizou os primeiros levantamentos para a implantação da futura Capital Federal no Planalto Central, projeto esse da época de José Bonifácio; (2) Brazlândia, núcleo originado na década de 1930 através da ocupação de algumas famílias mineiras e goianas dedicadas à agricultura e pecuária, que teve parte considerável das terras desapropriada para a formação do lago do Descoberto; nos anos 1960, sofreu um crescimento populacional com a implantação do Núcleo Rural Alexandre Gusmão e com relocações de moradores da favela do Vietcong.

A política de construção dessas cidades-satélites esteve presente desde o início das ações da Novacap e foi formalizada em 1958 com Taguatinga, marcando todo o processo de urbanização excludente ocorrido na cidade. Tal fato é demonstrado criticamente por Holston (1993), quando o autor afirma que essa cidade tinha, nos anos 1990, maior porcentagem de habitantes na periferia do que qualquer outra grande cidade brasileira. Como 75% da população viviam na periferia (em São Paulo, eram "apenas" 40%, segundo esse autor), a área central acabou se tornando um espaço exclusivo das elites, sem enquistamentos de favelas ou cortiços, onde "a alta renda está concentrada de forma esmagadora e quase uniforme no Plano Piloto e nas mansões do Lago" (HOLSTON, 1993, p. 293). Com esses dados, podemos também inferir para os dias atuais que, em relação às capitais e grandes cidades brasileiras, Brasília é, de longe, a cidade que apresenta maior segregação socioespacial entre centro e periferia.

O quadro a seguir organiza as cidades-satélites existentes até 1972.

Quadro 1: Relação das cidades-satélites criadas até o início da década de 1970

Cidade-satélite	Ano de fundação	População em 1970	Distância do Plano-Piloto (km)	Perfil da renda da população
Planaltina	1859	22.000	42	+ pobreza
Brazlândia	1932	11.000	47	+ pobreza
Núcleo Bandeirante (Cidade Livre)	1956	12.000	15	média
Taguatinga	1958	125.000	25	média
Sobradinho (núcleo planejado/Novacap)	1960	23.000	25	+ pobreza
Gama (3º lugar concurso PP)	1960	76.000	32	+ pobreza
Guará (Novacap/mutirão)	1967	25.000	12	média
Ceilândia – Novacap (relocação de invasões)	1970		35	+ pobreza
Guará II (Novacap + SHIS)	1972			média

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Gouvêa (1995, p. 73) e *Revista Realidade* (1972, p. 245)

Em **Taguatinga**, a estratégia de conter invasões e relocá-las foi o que impulsionou o desenvolvimento do povoado, que, já em 1958, passou a ser o depositário de muitas das famílias de migrantes que moravam em invasões na área do Plano Piloto, sobretudo daquelas advindas da Vila Sarah Kubitschek, localizada perto do Núcleo Bandeirante (ou Cidade Livre). Taguatinga é considerada, portanto, a primeira cidade-satélite de Brasília. Nos primeiros meses após a primeira relocação, passou por penúria em decorrência da ausência de infraestrutura, mas em 1960 já possuía um razoável serviço de abastecimento de água, além dos alojamentos, escola, hospital, estabelecimentos comerciais e uma sede administrativa. Aos poucos, a cidade foi desenvolvendo seu potencial enquanto centro comercial de toda a região de Brasília e hoje é considerada a capital econômica do Distrito Federal.



Figura 7 – Taguatinga em 1958.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

O núcleo de **Sobradinho** foi criado a partir das relocações de famílias do Departamento Nacional de Obras e Saneamento original dessa segunda cidade. O núcleo de Terras da Novacap e posteriormente o núcleo de Sobradinho, planejado pela equipe de Lucio Costa, que criou a empresa. Quando inaugurada, chegou mesmo a dispor de uma escola. Foi um assentamento que abrigou

Já o núcleo de **Gama** foi criado a partir das invasões e de alojamentos em áreas da Vila Planalto. Dista 8 km do Plano Piloto. Planejado pelo núcleo de Sobradinho, teve a concepção inspirada no projeto classificado pelo seu projeto de saneamento de Brito (BRITO, 2009, p. 100). Esse novo núcleo começara

década de 1970

Perfil da renda da população
+ pobreza
+ pobreza
média
média
+ pobreza
+ pobreza
média
+ pobreza
média

(1972, p. 245)

o que impulsiona a ser o depositário das ações na área do tschek, localizada é considerada, os meses após a ência de infraes- timento de água, ciais e uma sede tencial enquan- terada a capital



Figura 7 – Taguatinga em 1958.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília. Foto de Mário Fontenelle.

O núcleo de **Sobradinho** foi fundado em maio de 1960, planejado para receber as relocações de famílias da Vila Amaury e também do acampamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O plano urbanístico original dessa segunda cidade-satélite foi elaborado pelo Departamento de Terras da Novacap e posteriormente alterado pelo arquiteto Paulo Hungria, da equipe de Lucio Costa, que chefiava o Departamento de Urbanismo dessa mesma empresa. Quando inaugurada, era um dos núcleos com melhor infraestrutura, chegando mesmo a dispor de sistema de coleta de esgotos. Por essa razão foi um assentamento que abrigou muitas residências de funcionários públicos.

Já o núcleo de **Gama** foi concebido para alojar a população relocada de diversas invasões e de alojamentos provisórios da área do Plano Piloto, dentre eles da Vila Planalto. Dista 8 km da sede da antiga fazenda do Gama e 35 km do Plano Piloto. Planejado pelo arquiteto Paulo Hungria Machado, autor do plano de Sobradinho, teve a concepção urbanística baseada em polígono hexagonal, inspirado no projeto classificado como 3º lugar no concurso do Plano Piloto, e seu projeto de saneamento ambiental foi realizado pelo escritório de Saturnino de Brito (BRITO, 2009, p. 94). As primeiras transferências de população para esse novo núcleo começaram a acontecer em setembro de 1960.

Guará, por sua vez, foi construída a partir de 1967 e implantada em duas etapas: Guará I, em 1969, destinada às residências de funcionários da Novacap, e Guará II, em 1972, para os funcionários do Governo Federal. Gouvêa (1995, p. 69) comenta que a população de muitas vilas localizadas dentro da área do Plano Piloto (como a da Vila do Iapi e as favelas do Morro do Querosene, Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório e Vila Esperança) foi relocada para cidades-satélites distantes (como Ceilândia). No mesmo momento, era inaugurado, ao lado da antiga Vila do Iapi, um novo loteamento, o Guará II, projetado para abrigar a mesma quantidade de pessoas que estava sendo relocada, mas destinado a segmentos de renda média. Esse fato é um claro indício da visão urbanística fortemente segregadora que era induzida pelas ações da Novacap.

O núcleo de **Cruzeiro** fez parte do projeto original concebido por Lucio Costa, designado como Setor de Residências Econômicas Sul. Abrigou os primeiros funcionários públicos federais vindos do Rio de Janeiro e trazidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) (BRITO, 2009, p. 89). Em 1958 foram erigidos os primeiros conjuntos de casinhas térreas, em renque, todas brancas – vistas ao longe, deram ao local a alcunha de “Cemitério”. Mas o que perdurou foi o nome Cruzeiro, devido à proximidade do lugar onde foi realizada a primeira missa de Brasília, em 1957. O local se ampliou com novas construções e prédios e hoje integra o setor sudoeste da cidade.

Por fim, **Ceilândia** foi criada em 1971 para receber famílias relocadas pela Companhia de Erradicação de Invasões, particularmente do núcleo provisório denominado Vila do Iapi, que na época assumia grandes proporções, contando com cerca de 12 mil barracos e uma população estimada em 82 mil moradores. O processo em si foi conduzido de forma forçada e com violência, uma vez que a Vila do IAPI era bem localizada, organizada e contava com os serviços essenciais, enquanto a Ceilândia era ainda um local desprovido de infraestrutura e distante 30 km do Plano Piloto. A Ceilândia hoje possui cerca 400 mil habitantes, o que a torna a região administrativa de maior população do Distrito Federal.

Importante destacar que, ao longo dos anos 1960, foram criados novos mecanismos de financiamento para a política habitacional, como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no âmbito federal, assim como o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe), voltado para a implantação de infraestruturas. Tais organismos deram grande impulso à produção de moradias sociais e à ampliação das cidades-satélites.

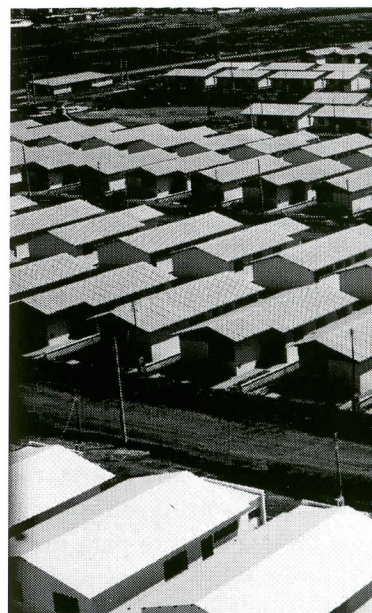


Figura 8 – Implantação do Plano de Guará

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Considerações finais

Como descrevemos, durante o desenvolvimento de Brasília, concebidos em regime de emergência – tanto por parte do autor quanto por parte da empresa Novacap, a falta de experiência da mão de obra que para lá foram enviados para seus locais de origem devido aos processos sociais da nossa época. No final, o que prevaleceu foi o projeto dos mais humildes e pobres dos

Isso foi muito bem descrito em sua obra por Lucio Costa, Maria Elisa Costa

A pro
de um
lar pel
cava t
o imp



Figura 8 – Implantação do Plano de Guará II.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília.

Considerações finais

Como descrevemos, durante o planejamento e as fases iniciais da construção de Brasília, concebidos em regime democrático nos anos 1950, foi adotada uma premissa – tanto por parte do autor do Plano Piloto, Lucio Costa, quanto pelo gestor principal da empresa Novacap, Israel Pinheiro – de que grande parte do contingente da mão de obra que para lá afluiria durante a construção da cidade, retornaria para seus locais de origem depois da inauguração da capital. Era a visão idealista dos processos sociais da nossa realidade, que não foi comprovada pelos fatos. Ao final, o que prevaleceu foi o peso de nosso secular padrão cultural: o da exclusão dos mais humildes e pobres dos direitos de igualdade em relação ao espaço urbano.

Isso foi muito bem descrito em reflexão posterior, de 1985, relatada pela filha de Lucio Costa, Maria Elisa Costa:

A proposição contida no Plano, a nível social, partiu, na realidade, de um pressuposto idealista. A intenção era, por assim dizer, nivelar pelo meio, e o momento histórico em que Brasília surgiu justificava tal postura: a própria ideia de Brasília olhava para o futuro, e o importante era deixar claro que do ponto de vista do urbanismo,

estritamente, existia a possibilidade teórica de tratar as diferenças sociais de forma condigna. Mas urbanismo sozinho não tem o poder de resolver, num passe de mágica, problemas sociais seculares, da ordem e do vulto dos que existem em um país como o nosso. Brasília expõe, com insuperável clareza e sem subterfúgios, nossa verdade social (COSTA, M. E., 1985 apud COSTA, 1997, p. 327).

A questão da visibilidade dessas contradições sociais, marcante nos canteiros e invasões, em meio à produção de um ícone da modernidade não condizia com a intenção de alçar o urbanismo e a arquitetura brasileira a expoente do cenário internacional. Por essa razão, tal realidade precisava ser ocultada.

O que se conclui é que, apesar de Lucio Costa procurar integrar as distintas classes sociais em alguns dos conjuntos residenciais previstos no Plano Piloto, na prática, quando da implantação do projeto pela Novacap, tais propostas foram deixadas de lado. O discurso ideológico do urbanista aponta sempre para uma situação ideal de convívio harmônico e possível entre distintas classes sociais num mesmo espaço. Mas, na prática, imperou a tradição e o peso de uma visão segregadora e excludente presente em nossa matriz cultural.

Afinal, se Brasília foi concebida para ser a nova capital do país e o centro das decisões políticas nacionais, essa modernidade não poderia reproduzir as mazelas encontradas nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo (PAVIANI, 2010a) – na verdade, essas mazelas são resultantes de uma irremediável desigualdade social presente ao longo de toda a história do país.

É por essa razão que, no decorrer de sua evolução, Brasília foi marcada por um contínuo processo de ocultamento dessa realidade, que se materializou através da política de erradicação de invasões e da segregação socioespacial.

Holston (1993) comenta isso criticamente, expondo vários dados a esse respeito:

Desde a fundação de Brasília, sua população concentrou-se de forma crescente e esmagadora na periferia em torno do Plano Piloto. [...] Em 1980 o Plano Piloto continha menos da metade de sua população planejada de 557 mil habitantes [...] Essa distribuição é uma mostra chocante [...] de que o desenvolvimento social e espacial de Brasília segue as consequências lógicas de sua incorporação diferenciada, já que sugere que a relação entre centro e periferia perpetua a política de exclusão sobre a qual foi fundada. O objetivo inicial dessa política era manter a capital como um centro burocrático livre das desordens sociais que assolavam outras cidades brasileiras (HOLSTON, 1993, p. 290).

Até hoje a cidade reflete as consequências do Plano Piloto, correspondendo atualmente cerca de 215 mil moradores. Isto significa menos de 10% da população em 2010 (2,6 milhões de habitantes). Parte das populações de baixa renda foram para lá relocadas.

Tal discrepância na apropriação do espaço é observada em nenhuma outra cidade. A constatação e pelos fatores expostos, definiu-se na aglomeração urbana.

Referências

ACRÓPOLE. São Paulo, ano 22, n. 23.

BRITO, J. D. *De Plano Piloto à metrópole*. UnB, Brasília, 2009.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, S. *Paradigma dos últimos cinquenta anos*. In: Curitiba. *Anais...* Curitiba: Iparde/FNUR, 2009.

CAMPOS, P. H. P. *Estranhas Catedrais*. Niterói: Eduff, 2015.

COSTA, L. *Lucio Costa: registro de uma vida*.

DERNTL, M. F. Além do Plano: a construção de Brasília. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA. 2014. *Anais...* São Carlos: IAU-USP, 2014.

DUARTE, L. S. A construção de Brasília. *Revista UFG*, ano 11, n. 6, jun. 2009.

EPSTEIN, D. G. *Brasília: plan and reality*. University of California Press, 1973.

FERRO, S. *Sérgio Ferro na UFSC* (04/11/2011). [youtube.com/watch?v=ztE5sJkWaI0](https://www.youtube.com/watch?v=ztE5sJkWaI0). Acesso em 10/05/2016.

_____. *Sérgio Ferro na FAU-USP* (19/05/2011). [youtube.com/watch?v=9EOkepD_VFM](https://www.youtube.com/watch?v=9EOkepD_VFM).

GOUVÊA, L. A. C. *Brasília: capital da modernidade*.

HOLSTON, J. *A Cidade Modernista: uma história*.

Até hoje a cidade reflete as consequências desse processo, uma vez que, na área do Plano Piloto, correspondente à Região Administrativa 1 (RA-1), residem atualmente cerca de 215 mil moradores, que compõem os segmentos mais elitizados. Isto significa menos de 10% da população de todo o Distrito Federal registrada em 2010 (2,6 milhões de habitantes). Nas cidades-satélites residem hoje a maior parte das populações de baixa renda, que, sobretudo entre os anos 1950 e 1970, foram para lá relocadas.

Tal discrepância na apropriação do solo urbano pelas distintas classes sociais não é observada em nenhuma grande cidade ou cidade-capital no Brasil. Por essa constatação e pelos fatores expostos, podemos concluir que Brasília, hoje, constitui-se na aglomeração urbana mais segregada de nosso país.

Referências

- ACRÓPOLE. São Paulo, ano 22, n. 256, fev. 1960.
- BRITO, J. D. *De Plano Piloto à metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. Tese (Doutorado) – FAU, UnB, Brasília, 2009.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Iparde/Fnuap, 1998. p. 303-327.
- CAMPOS, P. H. P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2015.
- COSTA, L. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- DERNTL, M. F. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14., São Carlos, 2014. *Anais...* São Carlos: IAU-USP, 2014.
- DUARTE, L. S. A construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista: a aventura. *Revista UFG*, ano 11, n. 6, jun. 2009.
- EPSTEIN, D. G. *Brasília: plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- FERRO, S. *Sérgio Ferro na UFSC (04/11/2010) – partes I, II, III e IV*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ztE5sJkWaI0>>. Acesso em: 03 jun. 2016
- _____. *Sérgio Ferro na FAU-USP (19/03/2010) – partes I, II, III e IV*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EOkepD_VFM>. Acessos em: 03 jun. 2016.
- GOUVÊA, L. A. C. *Brasília: capital da segregação e do controle social*. São Paulo: Annablume, 1995.
- HOLSTON, J. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

IBGE. *Censo Experimental de Brasília –1959*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. *Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KIM, L.; WESELY, M. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KUBITSCHKEK, J. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

LOPES, L. C. *O enigma da esfinge. A construção de Brasília e os bastidores do poder*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Unisinos, 1996.

MENDONÇA, L. M. *A cidade informal em Brasília: 50 anos de expansão da irregularidade urbanística na cidade moderna*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011

OLIVEIRA, G. O. Lucio Costa. *Vitruvius: Entrevistas*. São Paulo, n. 023.03, ano 6, jul. 2005.

PAVIANI, A. (Org.). *Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 1987.

_____. (Org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

_____. (Org.). *Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. Brasília: Editora da UnB, 2010a.

_____. (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2010b.

PELÁ, M. C. H. *A nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas*. 2014. Tese (Doutorado) – IES, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

QUINTO JR. *et al.* O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. In: PAVIANI, A. (Org.) *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2010b. p. 59-82.

REIS JR., R. L. *Cidade, Trabalho e Memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – PUC-MG, Belo Horizonte, 2008.

REVISTA REALIDADE. Edição Especial “Nossas Cidades”, São Paulo, abr./maio 1972.

RIBEIRO, G. L. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2008. (Trabalho originalmente publicado em 1980).

SILVA, L. S. D. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

SOUZA, N. H. B. *Construtores de Brasília: estudo dos operários e sua participação política*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.

TEIXEIRA, H. A. *No tempo do GEB: trabalho e violência na construção de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 1996.

VIDESOTT, L. *Narrativas da construção de Brasília: mídias, fotografias, projetos e história*. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2009.